
CONTRIBUIÇÕES DE HENRI LEFEBVRE PARA A LEITURA DA CIDADE

HENRI LEFEBVRE'S CONTRIBUTIONS TO CITY READING

CONTRIBUCIONES DE HENRI LEFEBVRE PARA LA LECTURA DE LA CIUDAD

Priscila de Souza Chisté Leite¹

Resumo: O texto busca apresentar, por meio de pesquisa bibliográfica, aspectos que abarcam a proposta de leitura do urbano realizada por Lefebvre por meio de recorte da análise diacrônica do eixo espaço temporal da cidade política, comercial, industrial e urbana. Apresenta um episódio que marcou a tentativa de rompimento com a lógica do capital expressada pelos *graffitis* de Blu. De modo geral, o texto exhibe recortes sobre a leitura do urbano sem perder de vista a dimensão da obra de Lefebvre e o radical aprofundamento do autor ao longo de sua produção intelectual.

Palavras-chave: Cidade. Leitura da Cidade. Arte.

Resumen: El texto busca presentar, por medio de investigación bibliográfica, aspectos que abarcan la propuesta de lectura del urbano realizada por Lefebvre por medio de recorte del análisis diacrónico del eje espacio temporal de la ciudad política, comercial, industrial y urbana. Presenta un episodio que marcó el intento de lo rompimiento con la lógica del capital expresada por los *graffitis* de Blu. En general, el texto muestra recortes sobre la lectura de lo urbano sin perder de vista la dimensión de la obra de Lefebvre y la radical profundización del autor a lo largo de su producción intelectual.

Palabras clave: Ciudad. Lectura de la Ciudad. Arte.

Abstract: The text seeks to present, through a bibliographical research, aspects that encompass the proposal of reading of the urban realized by Lefebvre by way of a cut of the diachronic analysis of the time axis of the political, commercial, industrial and urban city. It presents an episode that marked the try rupture with the logic of the capital expressed by the *graffitids* of Blu. In general, the text shows clippings on the reading of the urban without losing sight of the dimension of Lefebvre's work and the radical deepening of the author throughout his intellectual production.

Keywords: City. Reading the City. Art.

Introdução

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (CALVINO, 1990, p. 44).

O termo cidade designa um objeto de reflexão privilegiado ligado aos processos de urbanização-industrialização que marcam o advento da modernidade². Contudo, a cidade precede a modernidade; surgiram várias delas entre mares e rios como Tigre, Eufrates, Nilo, Indo, Amarelo, entre outros. Gramaticalmente a palavra “cidade” é um substantivo, ou seja, uma palavra que serve para nomear um objeto determinado e possui várias acepções na língua portuguesa. Pode significar, de acordo com o

dicionário Houaiss, aglomeração humana de certa importância, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou às atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo. Etimologicamente “cidade” deriva da palavra latina *civis* que significa membro livre de um local a que pertence por origem, sujeito de um lugar, aquele que se apropriou de um espaço. Cidade, então, pode ser considerada como uma comunidade política cujos membros se auto governam e tem o direito ao espaço em que vivem.

Lefebvre (2008) considera que a cidade é espaço moldado, modelado, ocupado pelas atividades sociais no decorrer de um tempo histórico. Ela é mediação de relações socioespaciais, de vínculos das pessoas com o espaço, capaz de revelar a realidade social produzida pela mediação de processos históricos (FREHSE, 2011). Considerar a cidade como mediação abarca compreende-la a partir de passagens e conexões que se estabelecem entre este espaço e outras áreas do conhecimento, ou seja, implica entender os nexos e os vínculos que cidade estabelece com determinado fenômeno particular sem deslocá-lo do todo. Não podemos explicá-la sozinha, temos que buscar as relações que a cidade estabelece com outros fenômenos.

Entre os livros publicados por Lefebvre está *O Direito à Cidade*, impresso em 1968, no qual formulou suas preocupações e proposições a respeito do fenômeno urbano. Dentre os aspectos apresentados neste livro, nos chamou a atenção o modo como Lefebvre sistematiza suas reflexões sobre a cidade, em especial pela sua abordagem diacrônica, ou seja, a partir do eixo espaço temporal. Seus estudos sobre o assunto avançam em outras obras, tais como em *A Revolução Urbana*, publicada em 1970, em que Lefebvre efetua crítica ao poder industrial de modelar a cidade de acordo com os seus interesses. Nessa obra ele pretende criar uma estratégia urbana para fazer a transição em busca de um novo tipo de vida, analisando a sociedade urbana como totalidade e contradição. Ao aproximar-se do marxismo considera que a categoria³ “totalidade” pode nos ajudar a compreender a cidade como um todo. Desse modo, considera que um espaço da cidade não se explica por si mesmo. É preciso situá-lo na totalidade que é a cidade e que também é a história dessa cidade, do estado, do país etc. Assim, é necessário compreender determinados espaços ou acontecimentos da cidade não explicando-os por si mesmo, mas observando suas interfaces com outros fenômenos. Para compreendermos a cidade teremos que escavar as relações que constituíram esse local. Essas relações muitas vezes estão enterradas, por isso, necessitamos investigar de modo aprofundado para podermos alcançar como este fenômeno se desenvolveu, entendendo-o como um momento de uma vida maior. Além disso, conforme nos recomenda Lefebvre, cabe compreender os espaços urbanos como produto do trabalho humano, constituídos por relações contraditórias. Essas relações de conflito podem ser não antagônicas, potencializando os indivíduos por meio do respeito a diferença, ou serem antagônicas, na tentativa de explorar e anular o outro. A partir do entendimento desse autor, caberia então, visitar o espaço citadino e questionar quais são as contradições que estão veladas na cidade de modo a captar o que está oculto nela.

Lefebvre considera o urbano como teoria da organização da cidade, um fenômeno que se impõe em escala mundial a partir do duplo processo de implosão-explosão da cidade atual, mas também um

lugar da expressão de conflitos, onde reina o silêncio e se estabelecem os signos da separação. “O urbano poderia também ser definido como lugar de desejo, onde o desejo emerge das necessidades, onde ele se concentra porque se reconhece, onde se reencontram talvez (possivelmente) Eros [pulsão de vida] e Logos [repressão]” (LEFEBVRE, 2008, p. 158, acréscimo nosso).

Um dos aspectos históricos analisados por Lefebvre (1991, 2008) nestes dois livros, *Direito à Cidade* e *A Revolução Urbana*, refere-se ao caminho percorrido pelo fenômeno urbano, sobretudo a partir da cidade política que acompanha a aldeia, o estabelecimento da vida social, e a agricultura; da cidade mercantil que emerge quando a troca comercial torna-se função urbana; e da cidade industrial que se instala perto da matéria prima, da fonte de energia e da mão-de-obra.

Além da análise diacrônica da cidade, Lefebvre (2008) propõem a sua análise sincrônica por meio de três níveis: global, misto e privado. O Global é o nível das relações mais gerais, dos espaços institucionais: mercado de capitais, projetos urbanísticos de grande porte e políticas do espaço. Esse nível projeta-se no domínio do edificado: prédios, monumentos, cidades novas; mas também projeta-se no domínio do não edificado: organização geral do trânsito e dos transportes, tecido urbano e preocupações com a preservação da natureza. Já o nível Misto é o nível urbano da “cidade”, composto pelo edificado e pelo não edificado, como ruas, praças, avenidas, edifícios públicos como prefeituras, igrejas e escolas, bem como serviços do comércio, dos transportes ou da vida urbana propriamente dita. Já o nível privado pressupõe a análise de grandes prédios de apartamentos, casas, acampamentos e favelas. Visa desvelar as contradições entre o habitat (espaço concebido para suprir funções elementares) e o habitar (corresponde ao espaço vivido).

Lefebvre amplia as discussões sobre tais temáticas no livro *Espaço e Política: O direito a cidade II* em que retoma as produções precedentes dialeticamente, situando-as de modo mais elevado. De acordo com o autor, o direito à cidade significa o direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem de figurar sobre todas as redes de circuitos de comunicação, de informação e de trocas. Isso precisa ocorrer a partir de uma reunião de tudo o que pode ser produzido no espaço da cidade e também por meio do encontro de diversos objetos e sujeitos.

O direito à cidade recusa a organização discriminatória e segregadora. Além de recusar, critica os centros estabelecidos sobre a segregação que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam de privilégios políticos. Segundo Lefebvre (2016), para se promover o direito à cidade é necessário proporcionar o direito de encontro, de reunião; lugares e objetos devem responder a certas necessidades, as necessidades sociais.

Cabe ressaltar que para Lefebvre (2016, p. 36) a sociedade atual não permite o direito pleno à cidade.

Só um grande crescimento da riqueza social, ao mesmo tempo que profundas modificações nas próprias relações sociais (modo de produção), pode permitir a entrada, na prática, do direito à cidade e de alguns outros direitos do cidadão e do homem”. Para que tal direito seja assegurado é necessário uma reorientação do crescimento econômico, que não mais conteria em si sua finalidade, nem visaria mais a acumulação (exponencial) por si mesma, mas serviria a fins superiores (LEFEBVRE, 2016, p. 36).

Diante dos aspectos elencados, consideramos que um dos modos de nos apropriarmos da cidade, mesmo que de forma parcial, é sabendo analisá-la ou, em outras palavras, apropriando-nos de um modo de ler a cidade. Lefebvre (1991) sugere que leiamos a cidade como se lê a música, sem esquecer sua história, a divisão do trabalho que integrou a sua produção, bem como as demais relações sociais intrínsecas a ela. Consideramos que a obra de Lefebvre (2008) nos ajuda a perceber quais seriam os aspectos fundamentais necessários para se fazer uma leitura aprofundada do urbano, ou seja, do fenômeno em que se insere a cidade atual. Segundo o autor, para a análise do urbano é preciso compreender:

- 1) As organizações e as instituições que estão nele inseridas;
- 2) A morfologia e a sociologia do urbano;
- 3) A forma (analisar o urbano a partir da concepção formal da lógica e de uma dialética do conteúdo);
- 4) O espaço diferencial (três camadas no espaço que são sobrepostas: espaço rural, industrial e urbano) – análise diacrônica;
- 5) Os níveis global, misto e privado – análise sincrônica;
- 6) As isotopias (lugares do mesmo, mesmo lugar);
- 7) As heterotopias (outro lugar, lugar do outro);
- 8) As utopias (aquilo que não tem lugar, o lugar daquilo que não acontece);
- 9) A prática urbana (a maneira de viver).
- 10) As contradições, pois sem isso ficam só as estratégias dissimuladas por uma cientificidade.

A partir do que foi exposto e, compreendendo que a leitura da cidade depende de uma leitura total, buscaremos no artigo em tela apresentar um dos aspectos que abarcam a proposta de leitura do urbano: um recorte da análise diacrônica realizada pelo autor do eixo espaço temporal da cidade política, comercial, industrial e urbana, por meio dos três livros supracitados de Lefebvre e de obras de arte que nos impulsionaram a refletir sobre o tema, sobretudo a apresentação de um episódio que marcou uma tentativa de rompimento com a lógica do capital expressada pelos *graffitis* de Blu.

De modo geral, nos limites deste texto, exibiremos recortes sobre o assunto sem perder de vista a dimensão da obra e o radical aprofundamento do autor ao longo de sua produção intelectual. Portanto, está longe de nosso alcance abarcar nas poucas linhas que constituem este escrito os dez pressupostos lefebvrianos para a leitura do urbano.

Cidade política, comercial, industrial e urbana: contribuições de Henri Lefebvre para a análise diacrônica da cidade europeia

Os primeiros grupos humanos coletores, pescadores e pastores marcaram e nomearam o espaço. A partir desse traçado, em muitos lugares do mundo a cidade acompanhou a antiga aldeia que possuía vida social organizada e, progressivamente, passou a promover a agricultura. Lefebvre (2008) chama esse tipo

de organização de cidade política povoada por sacerdotes, guerreiros, príncipes, nobres, chefes militares, escribas e administradores. Entre essas cidades o autor cita Mesopotâmia e Egito, ambas marcadas pelo modo de produção asiático.

Com relação a organização do espaço na cidade política, em especial a grega, o aspecto que se apresenta em evidência é o vazio na Ágora e no Fórum, lugares preparados para reunião. A Ágora constituiu a principal praça da civilização grega, representando o lugar de encontro dos cidadãos. Essa praça era formada por um pátio aberto, circundado por edifícios públicos e administrativos.

Esse conjunto formava o centro político-social da cidade e sua configuração reforçava esse simbolismo. Estrategicamente situada, a Ágora podia ser visualizada por toda a comunidade e representava um imenso vazio cercado por edifícios institucionais, sagrados e comerciais. A percepção desse local não representava apenas uma oposição ao espaço privado. Sua concepção legitimava além de uma função estética, o lugar do domínio político. Na Ágora, a vida pública se manifestava, os cidadãos livres exerciam a política por meio da ação e do discurso, muito valorizado entre os gregos, principalmente por aqueles ligados à Atenas. A palavra era compartilhada e a decisão era tomada na praça.

Assim como a Ágora grega, a Praça do Fórum, na civilização romana, exerceu um papel central na vida da urbes. Espaço urbano principal, o Fórum era delimitado por edificações institucionais, religiosas e comerciais, e rodeado por colunatas. Costumava ser construído um fórum a cada nova chefia política, como por exemplo, o Fórum de Trajano. Ornamentado com esculturas, arcos e colunas, sua configuração também se destacava na malha urbana, sobretudo pelo caráter monumental do seu conjunto arquitetônico.

A partir do excedente da agricultura as cidades começaram a acumular riquezas, como objetos e tesouros. Já existia nesses centros riqueza monetária originada da usura e do comércio. Além de riqueza esses centros acumularam conhecimentos, técnicas e obras de arte; funcionavam basicamente como fortalezas e passaram a receber, paulatinamente, pessoas de outras regiões do mundo interessadas em comprar e vender mercadorias. Cidades portuárias do Mediterrâneo e dos Mares do Norte, como Gênova, Veneza, Amsterdã e Antuérpia, tornaram-se grandes polos comerciais nesse e em outros períodos. A cidade medieval era dominada por mercadores e banqueiros que agiam para promover a troca e estender o domínio do valor de troca. Conforme afirma Lefebvre (1991, p. 47), “[...] a cidade foi para eles bem mais um valor de uso do que de troca. Amavam sua cidade, tal como uma obra de arte, ornamentada com todas as obras de arte, eles a amavam, esses mercadores das cidades italianas, flamengas, inglesas e francesas”.

Os mercadores e as mercadorias ocupavam a praça do mercado normalmente ao lado da igreja. “A igreja abençoa os negócios e dá uma boa consciência aos cidadãos atarefados. Entre a igreja e o mercado, na praça, têm lugar as assembleias que participam deste duplo caráter: religioso e racional (nos limites da racionalidade comercial)” (LEFEBVRE, 1991, p. 130). Os referidos mercadores compravam produtos da Rota das Especiarias, produtos naturais ou artesanais que geralmente vinham dos países do Oriente. Eles tinham como função principal viajar para regiões muito diversas e trazer desses lugares o que fosse necessário, mas também o que fosse interessante. Tais mercadorias eram comercializadas nas Feiras Livres em volta dos castelos feudais. Daí os nomes “Domingo” para a feira principal, depois

“segunda-feira”, “terça-feira” etc. Havia os mercadores que serviam aos nobres. Eles levavam as mercadorias diretamente para dentro do castelo ou para as casas dos mais abastados.

O mercador detinha conhecimentos náuticos, domínio de bússolas, astrolábios, orientação astronômica etc. Ao mesmo tempo, para tratar dos negócios em terras estrangeiras, ele necessitava aprender novas línguas e interagir com comerciantes da Ásia Menor e do Extremo Oriente. Precisava também entender as moedas e as formas de troca econômica desses povos.

Marco Polo (1254-1324) foi um exemplo de mercador veneziano bem-sucedido. Os seus relatos deram origem a um dos livros mais influentes da história: “As Viagens de Marco Polo”. Esse texto também serviu como inspiração para escritores como Ítalo Calvino criarem uma nova produção artística, como “As cidades invisíveis”, narrativa que apresenta as conversas de Marco Polo com o Imperador Kublai Khan. A história retrata Polo apresentando ao Imperador as incontáveis cidades do império Mongol. Ele descreve por meio de textos curtos e encantadores como eram as cidades conquistadas, conforme exibimos na epígrafe deste texto.

Os mercadores contribuíram para a acumulação de riqueza nas cidades, prosperando também o artesanato e a agricultura. “Ao mesmo tempo, o capitalismo comercial e bancário [...] tornou móvel a riqueza e [...] constituiu circuitos de trocas, redes que permit[iam] as transferências de dinheiro” (LEFEBVRE, 1991, p. 05).

Os artesãos e comerciantes começaram a se organizar para obterem melhores resultados em suas atividades, criando as corporações de ofício e as guildas. Dos artesãos e comerciantes mais poderosos, surgiram aqueles que passaram a investir grandes somas de riqueza em manufaturas. Essas manufaturas, na verdade, foram as primeiras indústrias, ainda primitivas, mas que já se caracterizavam pela divisão interna de funções, ou seja, pelo trabalho parcelado em inúmeras atividades a partir da introdução de máquinas e de técnicas.

Cada operador de máquinas já não elaborava o produto por inteiro, mas apenas uma peça que, somada às peças de outros operadores isolados, dava origem ao produto final. Assim ocorre a divisão social do trabalho. Com ela a produção voltada para o mercado começou a ganhar espaço, incentivando as trocas monetárias, a organização empresarial e o espírito de lucro.

No começo da industrialização a produção agrícola não era mais predominante, assim como a propriedade da terra. “As terras escapam aos feudais e passam para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura” (LEFEBVRE, 1991, p. 05). As indústrias na maioria dos casos instalavam-se fora das cidades, perto das fontes de energia (rios, florestas), de meios de transporte (rios, estradas de ferro), de matérias-primas e de reservas de mão-de-obra nas figuras dos artesãos, tecelões e ferreiros.

A partir desse momento inicia-se a constituição de uma rede de cidades feita por estradas, por vias fluviais e marítimas e por relações comerciais e bancárias. A passagem do capitalismo comercial e bancário e da produção artesanal para a produção industrial e para o capitalismo concorrencial, gera uma crise na cidade. “A indústria a toma de assalto. Apodera-se da rede, remaneja-a segundo suas necessidades. [...] a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim

estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos” (LEFEBVRE, 1991, p. 09).

Lefebvre exemplifica apresentando o caso da Grécia, que mesmo com o seu fraco processo de industrialização, atraiu para a capital Atenas muitas pessoas das cidades pequenas. A cidade arcaica passa a se configurar como um lugar de peregrinação estética e de consumo turístico. Contudo, os seus arredores ficam povoados de modo desorganizado. “Circuito frágil que pode se romper a todo instante, que define um tipo de urbanização mas com uma rápida extensão da aglomeração, especulação com terrenos e imóveis, prosperidade ficticiamente mantida pelo circuito” (LEFEBVRE, 1991, p. 10).

A cidade industrial remodela a paisagem e aos poucos caminha para se constituir como o lugar do consumo que fomenta também o consumo do lugar.

Os comércios se densificam no centro, que atrai os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo. Esta centralidade se instala com predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior. [...] Nesses lugares privilegiados o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, tornam-se razão e pretexto para a reunião das pessoas; elas vêem, olham, falam, falam-se. E é o lugar do encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca. No entanto, o uso e o valor de uso resistem obstinadamente: irredutivelmente (LEFEBVRE, 1991, p. 130-131).

O fenômeno urbano se estende por muitos territórios dos grandes países industriais. Esses territórios estão encerrados em um tecido urbano fechado, marcado pela ampliação da divisão técnica e social do trabalho. As concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam e núcleos urbanos antigos se deterioram ou ampliam-se por demais.

O Estado não pode mais se contentar com regulamentar os loteamentos e a construção dos conjuntos, com lutar (mal) contra a especulação imobiliária. Através de organismos interpostos, toma a seu cargo a construção de habitações. Começa o período dos ‘novos conjuntos’ e das ‘novas cidades’. [...] Por assim dizer, o direito à moradia aflora na consciência social. Ele se faz reconhecer de fato na indignação provocada pelos casos dramáticos, no descontentamento engendrado pela crise (LEFEBVRE, 1991, p. 18-19).

No contexto francês, os partidos de esquerda passam a reivindicar mais casas e, em resposta a tal demanda, as iniciativas públicas e semi-públicas visam fornecer moradias de baixo custo e de rápida execução. São construídos pavilhões nos arredores de Paris. “O habitat tipo pavilhão proliferou ao redor de Paris, nas Comunas urbanas, ampliando de maneira desordenada o setor construído” (LEFEBVRE, 1991, p. 20). Nesses subúrbios toda a realidade urbana desapareceu: praças, ruas, monumentos e espaços para encontros. Mesmo assim, mais de 85% dos franceses aspiravam à moradia do tipo pavilhão. “A consciência de classe se esfuma [...] até desaparecer” (LEFEBVRE, 1991, p. 21). A indústria e o processo de industrialização subtraem a realidade urbana, “[...] até extirpá-la da realidade e da consciência. Conduzida segundo uma estratégia de classe, a industrialização se comporta como poder negativo da realidade urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial” (LEFEBVRE, 1991, p. 21).

Tal estratégia de classe dá origem ao processo de suburbanização que afasta o proletariado da cidade e o direciona para uma periferia desurbanizada e dependente da cidade. O urbanismo científico

promovido pelos administradores, desconsidera o fator humano e se alia ao urbanismo incentivado pelos promotores de venda que trabalham para o mercado financeiro. Visam o lucro e, nesse sentido, o urbanismo se torna valor de troca. O urbanismo passa a se constituir como local de felicidade, como conto de fadas e como ideologia da felicidade através do consumo, origina uma nova forma de viver, um novo estilo de vida. “A quotidianidade parece um conto de fadas. Deixar seu casaco no vestiário da entrada e, mais leve, dar suas caminhadas após ter deixado as crianças no jardim da infância da galeria, encontrar amigos, tomarem juntos um drink no bar... E eis a imagem realizada da alegria de viver” (LEFEBVRE, 1991, p. 25).

A partir do exposto é possível compreender que os problemas da cidade e seu processo de urbanização, impulsionados pelo poder industrial, modelaram a cidade de acordo com os interesses do capital. O recorte apresentado coloca em evidência a trajetória histórica de cidades europeias, mas é possível realizar aproximações com outras cidades do globo. A crítica feita sobre o processo de urbanização das cidades, ampliada pelas análises relacionadas à especulação imobiliária, pode ser observada também em alguns trabalhos artísticos, sobretudo os do grafiteiro italiano Blu. Ele apagou algumas de suas obras que colaboravam, de modo inusitado, com o fortalecimento do mercado imobiliário. Essa ação radical foi realizada em protesto à elitização e ao uso de sua arte como maneira de valorizar apartamentos e áreas comerciais. Blu decidiu arrancar os *graffitis* das paredes de Bolonha, na Itália, porque descobriu que durante a mostra “Street Art: Banksy & Co”, alguns de seus *graffitis* iriam ser explorados sem a sua autorização. Essas obras seriam retiradas das ruas por meio de uma técnica inovadora que captura somente a tinta do muro sem necessariamente remover a estrutura construída, inserindo o *graffiti* em um novo suporte no interior de um museu. Além disso, dentro da programação da exposição estava prevista a realização de visitas aos *graffitis* locais; ação financiada pelos patrocinadores do evento, os principais bancos da cidade, que visavam sobretudo a valorização dos prédios que continham essas produções artísticas.

A mostra ocorreu entre os dias 18-03-2016 e 26-06-2016, no Palazzo Pepoli e contou com cerca de 300 obras de arte, fotos, vídeos, documentos provenientes da Europa e dos Estados Unidos. Algumas obras expostas eram públicas e outras pertencentes a coleções particulares. A organização do evento ficou sob a responsabilidade do grupo Arthemisia, a maior produtora de exposições de Itália, e do sistema de museus do centro de Bolonha, o Genus Bononiae, presidido pelo ex-acadêmico Fabio Roversi Monaco, que também atuou como presidente do banco IMI⁴.

De acordo com a postagem realizada por Blu no site do coletivo italiano de escritores de esquerda “Wu Ming”, o nome de Roversi Monaco evoca poder, dinheiro, privatizações e políticas repressivas. O artista aponta também casos de intolerância para com protestos estudantis quando Monaco era reitor da Universidade da cidade. Além disso, Blu critica a criminalização que os grafiteiros vem sofrendo, fato colocado em evidência por meio de dezesseis processos que criminalizam os artistas por pintarem nas ruas de Bolonha.

Trata-se de um episódio constituído por aspectos contraditórios que se colocam em relevo nas duas versões sobre o ocorrido: o que diz o artista e o que relatam os curadores da mostra. Os

organizadores da exposição manifestaram-se por meio do site oficial do evento expondo preocupações com relação a conservação dos *graffitis* de Blu, pois eles estavam em situação de conservação precária. Elencaram algumas questões sobre o assunto: Será que temos que restaurar *graffitis*? É melhor manter uma obra de arte em seu contexto original ou deixá-la ser destruída? Podemos trazê-la para dentro de um museu público? Qual deve ser o papel de fotos, vídeos, documentação tradicional e digital para contribuir com o registro destas obras de arte?

De certo modo, podemos pensar que as ideias e ações dos organizadores da mostra revelam uma discussão antiga com relação ao mercado de arte: os objetos artísticos transformados em mercadorias com valores comerciais altíssimos e que, muitas vezes, integram investimentos de especuladores. Por parte dos curadores e colecionadores bastaria somente contribuir com a preservação da arte ou seria essa ação um modo de aumentar o patrimônio dos museus e das coleções particulares? Quanto ganharia o dono do imóvel grafitado se deixasse os “restauradores” retirar o *graffiti* de seus muros e paredes? Qual seria o percentual de valorização do imóvel após a inserção de *graffitis* de artistas famosos em suas paredes ou muros? Se pensarmos que uma das características do *graffiti* é a efemeridade, seria possível tornar a sua fugacidade em permanência por conta da importância de se preservar a obra de arte?

Blu enxergou tanto a visita guiada quanto o patrocínio dos banqueiros como tentativas de a especulação imobiliária fazer uso de sua arte. Sobre o ocorrido o artista assevera:

Esta exposição ‘arte de rua’ representa um modelo de espaço urbano que devemos lutar contra, um modelo baseado na acumulação privada que comoditiza a vida e a criatividade para os lucros de poucas pessoas. Somos confrontados por senhores arrogantes que atuam como governadores coloniais e pensam que são livres para tomar nossos murais além das paredes. A única coisa que resta é fazer estas pinturas desaparecerem (WU MING, 2016).

Entender as produções que integram os muros da cidade compõe o que Lefebvre (1991) chamou de semiologia da cidade, abarcando dimensões e níveis múltiplos de compreensão, tais como: a fala da cidade (aquilo que acontece na rua, nas praças, nos vazios, aquilo que esses espaços dizem); a língua da cidade (as particularidades próprias a uma tal cidade expressas nas conversas, nos gestos, nas roupas, nas palavras e nos empregos das palavras pelos habitantes); a linguagem urbana (linguagem de conotações no interior do sistema denotativo); e a escrita da cidade (aquilo que se escreve em seus muros). Desse modo, consideramos que o episódio relatado nos impulsiona a pensar como a cidade pode revelar as contradições que envolvem a sociedade capitalista: o espaço e a arte transformados em mercadoria.

Vimos por meio da análise diacrônica da cidade proposta por Lefebvre como essa trajetória foi delineada e, por meio do exemplo do episódio envolvendo o grafiteiro Blu, observamos que a arte configura-se na atualidade como um modo de desvelar contradições. Segundo Lefebvre (1991, p. 115), a arte

[...] traz para a realização da sociedade urbana sua longa meditação sobre a vida como drama e fruição. Além do mais, e sobretudo, a arte restitui o sentido da obra; ela oferece múltiplas figuras de tempos e espaços apropriados: não impostos, não aceitos por uma resignação passiva, mas metamorfoseados em obra.

Blu não se resigna pacificamente, não se curva ao que foi imposto. Ele mostra por meio de sua

atitude irreverente (apagar seus *graffitis*) que é possível se opor a lógica atual. Suas ações são pistas que devemos seguir para nos contrapor ao que está posto e buscar, por meio da análise histórica, perceber aonde estão as brechas, aonde estão as possíveis saídas. Como nos diz Calvino (1990, p. 150):

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: procurar e reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.

Não nos cabe aceitar a atual sociedade excludente e exploradora, mas procurar o que ainda existe nela que pode ser conhecido e potencializado para rompermos com tal modelo societário. Na tentativa de contribuir com o estabelecimento de fissuras que poderão colaborar com a transformação do modelo capitalista de sociedade, concordamos com Lefebvre quando ele defende a criação de uma estratégia de transição oriunda principalmente da classe desprivilegiada, na busca por outra concepção de sociedade que contribuirá com a destruição do plano de segregação realizado pelos donos do capital durante o processo de industrialização e de urbanização das cidades. Compreendemos que somente grupos com iniciativas revolucionárias poderão desfazer ideologias dominantes, favorecendo o habitar, organizando o espaço de outro modo, que se afaste do urbanismo científico, que dissimula a estratégia capitalista e elabora o espaço como mercadoria.

Importa-nos pensar em estratégias contra-hegemônicas para superarmos o capitalismo e, por meio do direito de nos apropriarmos da cidade, alcançarmos um mundo sem desigualdade social. Conforme Lefebvre (1991, p.116-177),

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade de valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral de cidade e da sociedade urbana que utilize recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização.

Nossa luta continuará em busca da ampliação da consciência de classe por meio da educação. Avante em busca da construção coletiva da travessia.

Referências

CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

FREHSE, Fraya. **Ô da Rua: o transeunte e o advento da modernidade em São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moares, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: o Direito à cidade II**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Petrópolis: Vozes, 1988.

WE MING. **Street Artist #Blu Is Erasing All The Murals He Painted in #Bologna**. Bologna, 12 març. 2016. Disponível em: <http://www.wumingfoundation.com/giap/2016/03/street-artist-blu-is-erasing-all-the-murals-he-painted-in-bologna/>. Acesso em 26-02-2017.

Notas:

- ¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Mestre em Educação pela Ufes e licenciada em Educação Artística pela Ufes. Professora do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) atuando como docente permanente do Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades e na Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades (CNPq). Email: priscilachiste.ufes@gmail.com
- ² Marx e Engels (1988, p. 69) em uma das passagens do Manifesto Comunista, refletem sobre o sentido de modernidade: “[...] todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas”. A concepção de modernidade presente nessa passagem traduz a ideia de uma tensão originária inerente à modernidade: a destruição do velho, a ruptura com o passado, a quebra com antigas tradições, que instaura a experiência da descontinuidade, do diverso, da instabilidade, da efemeridade, da contingência e, ao mesmo tempo, anuncia a possibilidade e a promessa de se inaugurar e desvendar uma nova ordem original e autêntica, a qual se gestaria em meio ao turbilhão de mudanças e ao caos. Na visão de Marx e Engels a modernidade pode ser interpretada como portadora desta tensão originária, que ao mesmo tempo expressa as perspectivas da destruição e da criação. Assim, revela uma compreensão da modernidade como transformação, mudança, novidade, revolução que faz desmoronar antigas tradições, relações sociais, hábitos e preceitos até então rígidos e fixos. Com a expressão “tudo que é sólido se volatiliza”, estes autores vão anunciar o sentido da modernidade como experiência societal de dessacralização da natureza, das relações e das instituições sociais, na qual tudo é profanado, e o homem, visto como ser histórico e social é, então, entregue a si mesmo para imprimir sua marca no mundo, criando uma nova ordem, por meio do pensamento e da ação social e política.
- ³ Nos limites deste artigo nos deteremos a colocar em evidência a categoria “Totalidade” compreendida como determinações da existência, estruturas que a razão humana extrai do real. São instrumentos que no auxiliam a agir e a compreender a realidade, tornando-a inteligível e passível de transformação. Contudo, sabemos que outras categorias e conceitos se relacionam a ela e também são igualmente importantes.
- ⁴ Instituto bancário de investimentos do Grupo Intesa Sanpaolo. O Intesa Sanpaolo é um dos maiores bancos da Itália. Está sediado em Milão e formou-se a partir da fusão do Banca Intesa com o Sanpaolo IMI em 2007.

Recebido em: 24/06/2017

Aprovado em: 22/10/2017